



**BIÊNIO – janeiro de 2023 / janeiro de 2025**

**Antonio José Costa de Freitas Guimarães**

Conselheiro/Presidente do TCMPA

**Lúcio Dutra Vale**

Conselheiro/Vice-presidente do TCMPA

**José Carlos Araújo**

Conselheiro/Corregedor do TCMPA

**Francisco Sérgio Belich de Souza Leão**

Conselheiro/Ouvidor do TCMPA

**Luis Daniel Lavareda Reis Junior**

Conselheiro/Presidente da Câmara Especial

**Mara Lúcia Barbalho da Cruz**

Conselheira/Diretora Geral da Escola de Contas Públicas do TCMPA

**Sebastião Cezar Leão Colares**

Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial

**CONSELHEIRO(A) SUBSTITUTO(A):**

↳ **José Alexandre da Cunha Pessoa**

↳ **Sérgio Franco Dantas**

↳ **Adriana Cristina Dias Oliveira**

↳ **Márcia Tereza Assis da Costa**

**CRIAÇÃO**

“O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (**TCMPA**) foi instituído pela **Emenda Constitucional nº 13, de 16/10/1980**, à Constituição Estadual, com fundamento no Art. 16, § 1º da Constituição Federal.”

**MISSÃO**

“Orientar e fiscalizar a administração pública e a gestão dos recursos municipais, visando a sua efetiva e regular aplicação em benefício da sociedade.”

**VISÃO**

“Ser instituição de excelência no controle externo, reconhecida pela sociedade como indispensável ao aperfeiçoamento da gestão pública.”

**REGULAMENTAÇÃO/DOE TCMPA**

Lei Complementar nº 102/2015, 25/09/2015; Instrução Normativa nº 03/2016/TCMPA; Sua estreia aconteceu em 13/12/2016.

**CONTATO/DOE do TCMPA**

Secretaria Geral/☎ (91) 3210-7813

✉ suporte.doe@tcm.pa.gov.br

**ENDEREÇO/TCMPA**

Trav. Magno de Araújo, 474 - Telégrafo Sem Fio. Belém - Pará - Brasil - CEP 66.113-055 - Telefone: ☎ (91) 3210-7500 (Geral)

**TCMPA PARTICIPA DE PLANEJAMENTO  
DA REDE DE PARCERIAS PARA 2024**

O diretor de Controle Externo do TCMPA, Felipe Souza, participou da reunião da Rede de Parcerias, que ocorreu na última quinta-feira (11), na Secretaria de Estado de Planejamento e Administração, em Belém



(PA), com coordenação do Ministério de Gestão e Inovação (MGI).

Além do TCMPA, outras instituições estiveram presentes na reunião que debateu sobre as boas práticas na gestão pública, capacitação e compartilhamento de sistemas de tecnologia da informação para operacionalização das políticas públicas relacionadas a obras, transferências voluntárias e governança.

A Rede de Parcerias é uma iniciativa do MGI a fim de fortalecer o diálogo entre os entes federativos, sendo uma rede de governança colaborativa do Sistema de Gestão de Parcerias da União (Sigpar) e do Obrasgov.br. Ela conta atualmente com 235 membros, entre Estados, municípios, órgãos do legislativo, executivo e judiciário das três esferas da União, organizações da sociedade civil e órgãos de controle.

A Rede tem como eixos fundamentais a melhoria da gestão nos processos de transferências da União, capacitação, comunicação e transparência. É organizada em elos, criados de acordo com o âmbito de atuação, esfera jurídica ou área temática.

Com informações da CGE-PA e MGI

**ESTA EDIÇÃO**

DO TRIBUNAL PLENO OU CÂMARA ESPECIAL	
✚ PUBLICAÇÃO DE ATO - JULGAMENTO .....	02
DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA - GP	
✚ PAUTA DE JULGAMENTO .....	07
✚ EDITAL DE NOTIFICAÇÃO .....	12
DO GABINETE DA CORREGEDORIA	
✚ SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO .....	17
DO GABINETE DE CONSELHEIRO	
✚ ADMISSIBILIDADE .....	18
DOS SERVIÇOS AUXILIARES - SA	
✚ CONTRATO .....	20
✚ PORTARIA .....	20



**DO TRIBUNAL PLENO OU CÂMARA ESPECIAL****PUBLICAÇÃO DE ATO - JULGAMENTO****ACÓRDÃO****ACÓRDÃO Nº 43.654**

Processo nº 1.048001.2023.2.0005

Classe: Denúncia

Município: Monte Alegre

Órgão: Prefeitura Municipal

Denunciados: Matheus Almeida dos Santos (Prefeito Municipal)

Renan Henrique de Arruda Sales (Secretário de Administração)

Denunciante: Cooperativa de Transporte Rodoviário do Produtor Rural do Estado do Pará (TRANSPRODUTOR)

Exercício: 2023

Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior

**EMENTA:** DENÚNCIA. PROCESSO LICITATÓRIO. ALEGAÇÃO DE IRREGULARIDADES NO EDITAL DE LICITAÇÃO. REQUISITOS REGIMENTAIS NÃO ATENDIDOS. DENÚNCIA INADMITIDA À UNANIMIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de Denúncia interposta pela Cooperativa de Transporte Rodoviário do Produtor Rural do Estado do Pará (TRANSPRODUTOR) em face do Sr. Matheus Almeida dos Santos, Prefeito Municipal de Monte Alegre, e do Sr. Renan Henrique de Arruda Sales, Secretário Municipal de Administração de Monte Alegre, cujo objeto é possível irregularidade em processo licitatório. Acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos da Ata da sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator, por unanimidade,

**DECISÃO:** em inadmitir a Denúncia protocolada, em razão do não atendimento dos requisitos regimentais.

Dê-se ciência à Cooperativa de Transporte Rodoviário do Produtor Rural do Estado do Pará (TRANSPRODUTOR), através de publicação no Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, na forma do art. 570 do Regimento Interno deste TCM-PA. Após, archive-se os autos.

Sessão Plenária do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, realizada em 26 de outubro de 2023.

**ACÓRDÃO Nº 44.018**

Processo nº 1.71808.2023.2.0025

Classe: Denúncia

Município: Santarém

Órgão: Secretaria Municipal de Educação

Denunciada: Maria José Maia da Silva (Secretária Municipal)

Denunciante: Guerra Serviços Gerais LTDA

Exercício: 2023

Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior

**EMENTA:** DENÚNCIA. PROCESSO LICITATÓRIO. ALEGAÇÃO DE IRREGULARIDADES NA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2023. REQUISITOS REGIMENTAIS NÃO ATENDIDOS. DENÚNCIA INADMITIDA À UNANIMIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de Denúncia interposta pela empresa Guerra Serviços Gerais LTDA em face da Sra. Maria José Maia da Silva, Secretária Municipal de Educação de Santarém, exercício de 2023, cujo objeto é possível irregularidade em processo licitatório. Acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos da Ata da sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator, por unanimidade,

**DECISÃO:** em inadmitir a Denúncia protocolada, em razão do não atendimento dos requisitos regimentais.

Dê-se ciência à empresa Guerra Serviços Gerais LTDA, através de publicação no Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, na forma do art. 570 do Regimento Interno deste TCM-PA. Após, archive-se os autos.

Sessão Plenária do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, realizada em 14 de novembro de 2023.

**ACÓRDÃO Nº 44.022**

Processo nº 099002.2022.2.000

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Rurópolis – 2022

Assunto: Prestação de Contas

Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior

Instrução: 5ª Controladoria de Controle Externo

Procuradora: Maria Regina Cunha

Interessados: Andersson Guimarães Pinto – Presidente Ana Cristina Paiva de Souza – Contadora

**EMENTA:** CÂMARA MUNICIPAL DE RURÓPOLIS. EXERCÍCIO DE 2022. JULGAMENTO PELA APROVAÇÃO COM RESSALVAS. FALHAS FORMAIS DETECTADAS. APLICAÇÃO DE MULTAS REGIMENTAIS.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo nº 099002.2022.2.000, ACORDAM, à unanimidade, os Conselheiros do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016,

[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)

➔ Consulta via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.

DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE

DECISÃO: APROVAR COM RESSALVAS as contas do Sr. Andersson Guimarães Pinto, responsável pelas contas da Câmara Municipal de Rurópolis, relativas ao exercício financeiro de 2022.

APLICAR as multas abaixo ao Sr. Andersson Guimarães Pinto, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1 – 500 Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará UPF-PA, que corresponde atualmente a R\$ 2.186,70 (dois mil cento e oitenta e seis reais e setenta centavos), com base no art. 698, I, 'b', do Regimento Interno deste Tribunal, pelo descumprimento ao Art. 29-A, I, da CF/88;

2 – 300 Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará UPF-PA, que corresponde atualmente a R\$ 1.312,02 (um mil trezentos e doze reais e dois centavos), com base no art. 698, IV, 'b', pelo descumprimento da Matriz Única de Transparência Municipal.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Belém – PA, 14 de novembro de 2023.

#### ACÓRDÃO Nº 44.201

Processo nº 087403.2022.2.000

Jurisdicionado: FUNDEB DE XINGUARA

Assunto: Contas de Gestão – Exercício 2022

Relator: Conselheiro Antonio José Costa de Freitas Guimarães

Instrução: 4ª Controladoria

Procurador(a): MARIA INEZ KLAUTAU DE MENDONÇA GUEIROS

Interessado: GENIVAL FERNANDES DA SILVA (Ordenador)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDEB DE XINGUARA. EXERCÍCIO DE 2022. DEFESA APRESENTADA. FALHAS GRAVES NÃO SANADAS. CONTAS IRREGULARES. MULTAS. REMESSA AO MPE.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 087403.2022.2.000, ACORDAM, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso III, c, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR IRREGULARES as contas do(a) Sr(a) Genival Fernandes Da Silva, relativas ao exercício financeiro de 2022.

APLICAR as multas abaixo ao(a) Sr(a) Genival Fernandes Da Silva, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de 300 UPF-PA prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/PA, pela não apropriação das obrigações patronais do exercício, descumprindo o art. 195, I, "a", da Constituição Federal e art. 50, II, da Lei Complementar nº 101/00;

2. Multa na quantidade de 300 UPF-PA prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/PA, pela classificação indevida de receita orçamentária da unidade gestora em exame, descumprindo o princípio de unidade de Caixa, previsto no art. 56, da Lei nº 4.320/64;

3. Multa na quantidade de 300 UPF-PA prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/PA, pela não inserção no Mural de Licitações ou Sistema Geo-Obras, dos documentos exigidos pelas Resoluções nº 11.535/2014 e 040/2017 e Instrução Normativa nº 22/2021.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

DETERMINAR o exposto a seguir:

1. Cópia dos autos deverá ser encaminhada ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Belém – PA, 1 de dezembro de 2023.

#### ACÓRDÃO Nº 44.282

Processo nº 087410.2022.2.000

Jurisdicionado: FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO DE XINGUARA

Assunto: Contas de Gestão – Exercício 2022

Relator: Conselheiro Antonio José Costa de Freitas Guimarães

Instrução: 4ª Controladoria

Procurador(a): Marcelo Fonseca Barros

Interessada: LUCIANA PEREIRA FERREIRA (Ordenador)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO DE XINGUARA. EXERCÍCIO DE 2022. DEFESA APRESENTADA. FALHAS PARCIALMENTE SANADAS. CONTAS REGULARES COM RESSALVA. MULTA. ALVARÁ DE QUITAÇÃO.



VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 087410.2022.2.000, ACORDAM, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Luciana Pereira Ferreira, relativas ao exercício financeiro de 2022.

APLICAR multa na quantidade de 300 UPF-PA prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/PA, pelo descumprimento do Princípio de Unidade de Caixa, previsto no art. 56 da Lei nº 4.320/64, ao(à) Sr(a) Luciana Pereira Ferreira, que deverá ser recolhida ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

DETERMINAR o exposto a seguir:

1. Deverá ser expedido em favor da ordenadora de despesas Luciana Pereira Ferreira, o competente Alvará de Quitação, no valor de R\$ 66.347,62, após o recolhimento da multa aplicada.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Belém – PA, 12 de dezembro de 2023.

#### ACÓRDÃO Nº 44.284

Processo nº 035363.2022.2.000

Jurisdicionado: FUNDEB DE IRITUIA

Assunto: Contas de Gestão – Exercício 2022

Relator: Conselheiro Antonio José Costa de Freitas Guimarães

Instrução: 4ª Controladoria

Procurador(a): Marcelo Fonseca Barros

Interessada: ALICE DA SILVA SOARES (Ordenadora)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDEB DE IRITUIA. EXERCÍCIO DE 2022. DEFESA APRESENTADA. FALHAS PARCIALMENTE SANADAS. CONTAS REGULARES COM RESSALVA. MULTA. ALVARÁ DE QUITAÇÃO.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 035363.2022.2.000, ACORDAM, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Alice Da Silva Soares, relativas ao exercício financeiro de 2022.

APLICAR multa na quantidade de 300 UPF-PA prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/PA, pela não apropriação das obrigações patronais do exercício, descumprindo o art. 195, I, "a", do Constituição Federal e art. 50, II, da LC 101/00, ao(à) Sr(a) Alice Da Silva Soares, que deverá ser recolhida ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

DETERMINAR o exposto a seguir:

1. Deverá ser expedido em favor da ordenadora de despesas Alice da Silva Soares, o competente Alvará de Quitação, no valor de R\$ 30.208.637,31, após o recolhimento da multa aplicada.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Belém – PA, 12 de dezembro de 2023.

#### ACÓRDÃO Nº 44.294

Processo nº 1.124428.2022.2.0003

Origem: Fundo Municipal de Saúde de São Domingos do Araguaia

Assunto: PAF 2022 – Acompanhamento de Folha de Pagamento

Responsável: Caroline Lima Pereira

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: PAF – ACOMPANHAMENTO DE FOLHA DE PAGAMENTO. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA. EXERCÍCIO 2022. POR MANTER O ACOMPANHAMENTO.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator:

DECISÃO: I. VOTAM, pela continuidade do monitoramento das determinações descritas em relatório, com o intuito de serem verificados o seu fiel cumprimento, o qual deverá ser realizado pela Diretoria de Planejamento, Assessoramento, Monitoramento, Fiscalização e Controle Externo do TCM-PA.





Sessão do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará em 12 de dezembro de 2023.

**ACÓRDÃO Nº 44.297**

Processo nº 036002.2022.2.000

Jurisdicionado: CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

Assunto: Contas de Gestão – Exercício 2022

Relator: Conselheiro Antonio José Costa de Freitas Guimarães

Instrução: 4ª Controladoria

Procurador(a): MARIA REGINA FRANCO CUNHA

Interessado: DIRCEU BIOLCHI (Ordenador)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA. EXERCÍCIO DE 2022. DEFESA APRESENTADA. FALHAS PARCIALMENTE SANADAS. CONTAS REGULARES COM RESSALVA. MULTAS. ALVARÁ DE QUITAÇÃO.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 036002.2022.2.000, ACORDAM, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Dirceu Biolchi, relativas ao exercício financeiro de 2022.

APLICAR as multas abaixo ao(à) Sr(a) Dirceu Biolchi, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de 300 UPF-PA prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/Pa, pela não apropriação das obrigações patronais do exercício, descumprindo o art. 195, I, "a", da Constituição Federal e art. 50, II, da LC 101/00;

2. Multa na quantidade de 300 UPF-PA prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/Pa, pelo não cumprimento da integralidade das obrigações contidas na Matriz Única da Transparência Pública Municipal, estando em desacordo com o estabelecido na Instrução Normativa nº 11/2021/TCM/PA., uma vez que atingiu 98,11%, dos pontos de controle analisados.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

DETERMINAR o exposto a seguir:

1. Deverá ser expedido em favor do ordenador Dirceu Biolchi, o competente Alvará de Quitação, no valor de R\$ 11.905.859,50, após o recolhimento das multas aplicadas.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Belém – PA, 13 de dezembro de 2023.

**Protocolo: 45617**

**RESOLUÇÃO****RESOLUÇÃO Nº 16.709**

Processo nº 081001.2022.1.000

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio – 2022

Assunto: Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal

Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior

Instrução: 5ª Controladoria de Controle Externo

Subprocuradora: Erika Paraense

Interessados: Dirceu Biancardi – Prefeito

Ivonaldo da Silva Carvalho – Contador

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL. PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO. EXERCÍCIO DE 2022. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO COM RESSALVAS. FALHAS FORMAIS DETECTADAS. APLICAÇÃO DE MULTAS REGIMENTAIS.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo nº 081001.2022.1.000, RESOLVEM, à unanimidade, os Conselheiros do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 37, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: EMITIR PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO COM RESSALVAS das contas do Sr. Dirceu Biancardi, responsável pelas contas da Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio, relativas ao exercício financeiro de 2022,

APLICAR as multas abaixo ao Sr. Dirceu Biancardi, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1 – 500 Unidades de Padrão Fiscal do Pará UPF-PA, com fundamento no art. 698, I, 'b', do Regimento Interno desta Corte de Contas, pelas remessas intempestivas de documentação obrigatória.



Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Após o trânsito em julgado desta decisão, proceda a Secretaria-Geral o encaminhamento das prestações de contas, de forma eletrônica, ao Presidente da Câmara Municipal de Senador José Porfírio para processamento e julgamento do Parecer Prévio, no prazo de 90 (noventa) dias, conforme determina o art. 71 §2º, da Constituição Estadual, informando ao TCMPA, através do email: protocolo@tcm.pa.gov.br, o resultado do julgamento, sob pena de envio dos autos ao Ministério Público para apuração de responsabilidade, sem prejuízo de outras sanções que vier imputar o Tribunal, de natureza pecuniária e de ponto de controle para reprovação de suas contas.

Belém, 14 de novembro de 2023.

#### RESOLUÇÃO Nº 16.716

Processo nº 059001.2022.1.000

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Porto de Moz – 2022

Assunto: Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal

Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior

Instrução: 5ª Controladoria de Controle Externo

Procuradora: Elisabeth Massoud Salame da Silva

Responsáveis: Rosibergue Torres Campos (01/01 a 31/05 e 22/06 a 31/12)

Ismael Soares Pereira (01/06 a 21/06)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL. PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ. EXERCÍCIO DE 2022. ROSIBERGUE TORRES CAMPOS. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO COM RESSALVAS. FALHAS FORMAIS DETECTADAS. APLICAÇÃO DE MULTAS REGIMENTAIS. ISMAEL SOARES PEREIRA. PARECER PELA APROVAÇÃO. VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo nº 059001.2022.1.000, RESOLVEM, à unanimidade, os Conselheiros do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 37, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: EMITIR PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO COM RESSALVAS das contas do Sr. Rosibergue Torres Campos, enquanto Chefe do Poder Executivo Municipal

de Porto de Moz, em relação ao período de 01/01/2022 até 31/05/2022 e 22/06/2022 até 31/12/2022, com recolhimento de multa, na forma, fundamentos e detalhamentos constantes no voto.

APLICAR as multas abaixo ao Sr. Rosibergue Torres Campos, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1 – 1000 Unidades de Padrão Fiscal do Pará UPF-PA, com fundamento no art. 698, I, 'b', do Regimento Interno desta Corte de Contas, pelas remessas intempestivas constantes do item 2.1 a 2.5 do presente voto.

2 – 200 Unidades de Padrão Fiscal do Pará UPF-PA, com fundamento no art. 698, I, 'b', do Regimento Interno desta Corte de Contas, pela incorreta alimentação do Sistema e-Contas/REI/2022.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 37, inciso I, da Lei Estadual nº 109/2016,

EMITIR PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO das contas do Ismael Soares Pereira, enquanto Chefe do Poder Executivo Municipal de Porto de Moz, em relação ao período de 01/06/22 a 21/06/22.

Belém – PA, 17 de novembro de 2023.

#### RESOLUÇÃO Nº 16.764

Processo nº 1.009001.2012.2.0027

Origem: Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa

Assunto: Admissibilidade de Pedido de Revisão

Responsável: Amos Bezerra da Silva

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: PEDIDO DE REVISÃO. UMA VEZ PREENCHIDAS AS CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE PREVISTAS NO REGIMENTO INTERNO DESTA CORTE, EXCEPCIONALMENTE CONCEDEM AO MESMO O EFEITO SUSPENSIVO REQUERIDO.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator:

DECISÃO: I. ADMITEM O PEDIDO DE REVISÃO, uma vez preenchidas as condições de admissibilidade previstas no Regimento Interno desta Corte, excepcionalmente concedem ao mesmo o EFEITO SUSPENSIVO requerido,



conforme permissivo contido no art. 634, do mesmo ato normativo, e, ainda, nos termos do art. 642, para que, em seguida, seja procedido o regular processamento do mesmo.

Sessão do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará em 12 de dezembro de 2023.

#### RESOLUÇÃO Nº 16.768

Processo nº 1.124001.2022.2.0017

Origem: Prefeitura Municipal de São Domingos do Araguaia

Assunto: PAF 2022 – Acompanhamento de Folha de Pagamento

Responsável: Elizane Soares da Silva

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: PAF 2022. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA. EXERCÍCIO 2022.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator:

DECISÃO: I. Considerando a protocolização junto aos autos em epígrafe, de memoriais com justificativas e documentos e, considerando que a instrução do Processo já estava encerrada, autorizam a reabertura da instrução do presente processo, na forma do que estabelece Art. 451, Parágrafo Único, do RI/TCM-PA, para que os documentos encaminhados sejam juntados ao mesmo, em atendimento ao Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa.

Sessão do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará em 12 de dezembro de 2023.

Protocolo: 45617

## DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA - GP

### PAUTA DE JULGAMENTO

#### CONS. ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES

O Secretário-Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará comunica aos interessados que o Egrégio Plenário desta Corte julgará, na Sessão do Plenário Virtual (Eletrônico) Pleno, a ser realizada no período de **22/01/2024** a **26/01/2024**, os seguintes processos:

#### 01) Processo nº 089001.2015.1.000

Responsável: Sr(a). **Sidney Moreira de Souza**

Origem: Prefeitura Municipal / BOM JESUS DO TOCANTINS

Assunto: Poder Executivo - Governo - Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal Exercício: 2015

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

#### 02) Processo nº 089001.2016.1.000

Responsável: Sr(a). **Sidney Moreira de Souza**

Origem: Prefeitura Municipal / BOM JESUS DO TOCANTINS

Assunto: Poder Executivo - Governo - Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal Exercício: 2016

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

#### 03) Processo nº 026001.2018.1.000

Responsável: Sr(a). **Francisco Pedro Aranha de Oliveira**

Origem: Prefeitura Municipal / COLARES

Assunto: Poder Executivo - Governo - Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal Exercício: 2018

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

#### 04) Processo nº 030001.2017.1.000

Responsável: Sr(a). **Jardiane Viana Pinto**

Origem: Prefeitura Municipal / FARO

Assunto: Poder Executivo - Governo - Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal Exercício: 2017

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

#### 05) Processo nº 1050012010-00

Responsável: Sr(a). **Celso Lopes Cardoso** – Prefeito Municipal

Origem: Prefeitura Municipal / Tucuma

Assunto: Poder Executivo - Governo - Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal Exercício: 2010

Relator: Conselheiro Lúcio Vale

#### 06) Processo nº 176002.2015.2.000

Responsável: Sr(a). **Izailton de Sousa**

Origem: Câmara Municipal / MOJUI DOS CAMPOS

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão





Exercício: 2015  
Relator: Conselheiro Lúcio Vale  
Advogado/Contador: Sr(a). Roosevelt José Da Silva Sousa

**07) Processo nº 024399.2015.2.000**

Responsável: Sr(a). **Paula Cristina Nobre Titan**  
Origem: Fundo Municipal de Assistência Social / CASTANHAL  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2015  
Relator: Conselheiro Daniel Lavareda

**08) Processo nº 040411.2019.2.000**

Responsável: Sr(a). **Carlos Ernesto Nunes da Silva**  
Origem: FUNDEB / LIMOEIRO DO AJURU  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2019  
Relator: Conselheiro Daniel Lavareda  
Advogado/Contador: Sr(a). Antônio Mota de Oliveira Júnior - Contador

**09) Processo nº 045230.2018.2.000**

Responsável: Sr(a). **Eder Vaz Ferreira**  
Origem: FUNDEB / MELGACO  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2018  
Relator: Conselheiro Daniel Lavareda  
Advogado/Contador: Sr(a). Raimundo Edson de Amorim Santos - Contador

**10) Processo nº 047445.2019.2.000**

Responsável: Sr(a). **Andrea Quaresma da Silva** (01/01 a 28/06) e Sr(a). **Sandra Helena Ataíde de Lima** (29/06 a 31/12)  
Origem: FUNDEB / MOJU  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2019  
Relator: Conselheiro Daniel Lavareda  
Advogado/Contador: Sr(a). Paulo Sérgio Fadul Neves - Contador

**11) Processo nº 058401.2019.2.000**

Responsável: Sr(a). **Benedito Edevaldo Nunes de Souza**  
Origem: Instituto de Previdência do Município / PORTEL

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2019  
Relator: Conselheiro Daniel Lavareda  
Advogado/Contador: Sr(a). Paulo Sérgio Fonseca Gomes - Contador

**12) Processo nº 013427.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **FRANCINEA TEXEIRA DIAS-ORDENADORA**  
Origem: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE / BARCARENA  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2022  
Relator: Conselheiro Cezar Colares  
Advogado/Contador: Sr(a). RÔMULO AUGUSTO CORREA GOMES -CONTADOR

**13) Processo nº 021419.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **ELANE PINTO CASSIANO - ORDENADORA**  
Origem: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / CAMETA  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2022  
Relator: Conselheiro Cezar Colares  
Advogado/Contador: Sr(a). EVANILDO ANDRADE FERREIRA - CONTADOR

**14) Processo nº 021438.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **ANTONIO RONALDO DA SILVA GOMES - ORDENADOR**  
Origem: FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE / CAMETA  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2022  
Relator: Conselheiro Cezar Colares  
Advogado/Contador: Sr(a). EVANILDO ANDRADE FERREIRA - CONTADOR

**15) Processo nº 025204.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **SARA LAZARO MONTEIRO - ORDENADOR**  
Origem: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / CHAVES





Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - PROCESSO SPE FMAS DE CHAVES  
Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Cezar Colares

Advogado/Contador: Sr(a). MARCOS AVELINO BRABO PANTOJA JUNIOR - CONTADOR

**16) Processo nº 033414.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **JANILSON OLIVEIRA FONSECA**

Origem: FUNDEB / IGARAPE\_MIRI

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - FUNDEB

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Cezar Colares

Advogado/Contador: Sr(a). FABIO PANTOJA DE SOUZA

**17) Processo nº 045232.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **ANTONIA FERREIRA ROCHA** - ORDENADORA

Origem: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE / MELGACO

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Cezar Colares

Advogado/Contador: Sr(a). RAIMUNDO EDSON DE AMORIM SANTOS -CONTADOR

**18) Processo nº 014014.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **BRUNO TRINDADE BATISTA** - ORDENADOR

Origem: COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DE BELÉM- CINBESA / BELEM

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - PROCESSO SPE - CINBESA BELÉM

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Cezar Colares

Advogado/Contador: Sr(a). ROSMARIM VENTURA BARBOSA-CONTADOR

**19) Processo nº 021433.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **JOÃO BATISTA NOVAES RIBEIRO** - ORDENADOR

Origem: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO / CAMETA

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Cezar Colares

Advogado/Contador: Sr(a). EVANILDO ANDRADE FERREIRA - CONTADOR

**20) Processo nº 067270.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **VANILZA BARBOSA SACRAMENTO**

Origem: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SANTA CRUZ DO ARARI / SANTA CRUZ DO ARARI

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - IPMS

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Cezar Colares

Advogado/Contador: Sr(a). CAMILA CRISTINY MAGNO NUNES -CONTADORA

**21) Processo nº 030024.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **Kimberly da Silva Costa** (01/01 a 31/01) e Sr(a). **Marcia Regina Batista de Souza** (01/01 a 31/12)

Origem: Secretaria Municipal de Assistencia Social / FARO

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão - SPE

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

**22) Processo nº 114445.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **Lindomar Pereira de Souza**

Origem: Secretaria Municipal de Educação / GOIANESIA DO PARA

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão - SPE

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

**23) Processo nº 090461.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **Ana Maria dos Santos**.

Origem: FUNDEB / BREJO GRANDE DO ARAGUAIA

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

**24) Processo nº 063202.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **Adjair Ribeiro da Silva**

Origem: FUNDEB / RIO MARIA

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Sérgio Leão



**25) Processo nº 105334.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **Joel José Correa Primo**  
Origem: FUNDEB / TUCUMA  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2022  
Relator: Conselheiro Sérgio Leão

**26) Processo nº 014548.2021.2.000**

Responsável: Sr(a). **Joel Monteiro Ribeiro**.  
Origem: Guarda Municipal de Belém / BELEM  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2021  
Relator: Conselheiro Sérgio Leão

**27) Processo nº 111437.2017.2.000**

Responsável: Sr(a). **Samuel Domingos de Oliveira Junior**  
Origem: Fundo Municipal De Meio Ambiente / BREU BRANCO  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2017  
Relator: Conselheiro Lúcio Vale  
Advogado/Contador: Sr(a). Manoel do Carmo dos Santos Mendes

**28) Processo nº 1.111428.2021.2.0000**

Responsável: Sr(a). **Roque Santos Lima** e Sr(a). **Gilma Soares da Costa**  
Origem: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente / BREU BRANCO  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2017  
Relator: Conselheiro Lúcio Vale  
Advogado/Contador: Sr(a). Manoel do Carmo dos Santos Mendes

**29) Processo nº 111437.2018.2.000**

Responsável: Sr(a). **Raimundo Nonato Conceição Azevedo**  
Origem: Fundo Municipal de Meio Ambiente / BREU BRANCO  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2018  
Relator: Conselheiro Lúcio Vale  
Advogado/Contador: Sr(a). Lúcia Rodrigues Lopes

**30) Processo nº 088271.2017.2.000**

Responsável: Sr(a). **Elissandra Maria Araujo Dos Santos**  
Origem: Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS / CONCORDIA DO PARA  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2017  
Relator: Conselheiro Lúcio Vale  
Advogado/Contador: Sr(a). Claudine Dilarin da Mota Brito

**31) Processo nº 088272.2019.2.000**

Responsável: Sr(a). **Francisco Charles Martins De Souza**  
Origem: Fundo Municipal de Educação / CONCORDIA DO PARA  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2019  
Relator: Conselheiro Lúcio Vale  
Advogado/Contador: Sr(a). Claudine Dilarin Da Mota Brito

**32) Processo nº 088270.2017.1.000**

Responsável: Sr(a). **Alfonso Luiz Batista**  
Origem: Fundo Municipal de Saúde / CONCORDIA DO PARA  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2017  
Relator: Conselheiro Lúcio Vale  
Advogado/Contador: Sr(a). Claudine Dilarin Da Mota Brito

**33) Processo nº 088270.2019.2.000**

Responsável: Sr(a). **Alfonso Luiz Batista**  
Origem: Fundo Municipal de Saúde / CONCORDIA DO PARA  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2019  
Relator: Conselheiro Lúcio Vale  
Advogado/Contador: Sr(a). Claudine Dilarin Da Mota Brito

**34) Processo nº 046235.2017.2.000**

Responsável: Sr(a). **Alex Humberto Gonçalves de Oliveira**  
Origem: FUNDEB / MOCAJUBA  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão



Exercício: 2017

Relator: Conselheiro Lúcio Vale

Advogado/Contador: Sr(a). José Augusto Rufino de Souza

**35) Processo nº 046219.2017.2.000**

Responsável: Sr(a). **Cosme Macedo Pereira**

Origem: Fundo Municipal de Saúde / MOCAJUBA

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2017

Relator: Conselheiro Lúcio Vale

Advogado/Contador: Sr(a). José Augusto Rufino de Souza

**36) Processo nº 176016.2015.2.000**

Responsável: Sr(a). **Antônio Juvenal Arruda Oliveira**

Origem: FUNDEB / MOJUI DOS CAMPOS

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2015

Relator: Conselheiro Lúcio Vale

Advogado/Contador: Sr(a). Roosevelt José da Silva Sousa

**37) Processo nº 176004.2015.2.000**

Responsável: Sr(a). **Antônio Juvenal Arruda Oliveira**

Origem: Fundo Municipal de Educação / MOJUI DOS CAMPOS

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2015

Relator: Conselheiro Lúcio Vale

Advogado/Contador: Sr(a). Roosevelt José Da Silva Sousa

**38) Processo nº 140201.2017.2.000**

Responsável: Sr(a). **Maria da Glória Lacerda Maia**

Origem: Fundo Municipal de Assistência Social / PLACAS

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2017

Relator: Conselheiro Lúcio Vale

Advogado/Contador: Sr(a). Raimundo Racif Salomão

**39) Processo nº 064229.2017.2.000**

Responsável: Sr(a). **Geane Aparecida de Azevedo Rocha**

Origem: Fundo Municipal de Assistência Social / RONDON DO PARA

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2017

Relator: Conselheiro Lúcio Vale

Advogado/Contador: Sr(a). Marcelo Alves dos Santos e Sr(a). Maria Edinazella de Rocha

**40) Processo nº 064235.2017.2.000**

Responsável: Sr(a). **Rosiane Alcântara De Montreuil**

Origem: Fundo Municipal de Educação / RONDON DO PARA

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2017

Relator: Conselheiro Lúcio Vale

Advogado/Contador: Sr(a). Marcelo Alves dos Santos e Sr(a). Maria Edinazella de Rocha

**41) Processo nº 076297.2021.2.000**

Responsável: Sr(a). **Clebson De Oliveira Alves**

Origem: FUNDEB / SAO FELIX DO XINGU

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2021

Relator: Conselheiro Lúcio Vale

Advogado/Contador: Sr(a). Lyvia Juliana De Almeida Melo

**42) Processo nº 129411.2021.2.000**

Responsável: Sr(a). **Grimário Reis Neto**

Origem: FUNDEB / VITORIA DO XINGU

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2021

Relator: Conselheiro Lúcio Vale

Advogado/Contador: Sr(a). José Nazareno de Araújo Júnior

**43) Processo nº 202101910-00**

Responsável: Sr(a). **Adriano Salomão Costa de Carvalho Filho**

Origem: Câmara Municipal / Santa Maria das Barreiras

Assunto: Recursos de Julgamento - Acórdão nº 36.067 de 13/02/2020

Exercício: 2015

Relator: Conselheira Mara Lúcia Barbalho

Advogado/Contador: Sr(a). Carlos Alberto CRC/PA nº 018556/O-2

**44) Processo nº 1.128001.2020.1.0017**

Responsável: Sr(a). **NEUSA DE JESUS PINHEIRO**

Origem: PREFEITURA MUNICIPAL / ULIANOPOLIS



Assunto: Recursos de Julgamento - RECURSO ORDINÁRIO  
-FACE RESOLUÇÃO Nº 16.322/2022

Exercício: 2020

Relator: Conselheiro Cezar Colares

Advogado/Contador: Sr(a). SÉRGIO ROBERTO  
RODRIGUES LIMA - CONTADOR

**45) Processo nº 202004111-00**

Responsável: Sr(a). FRANCISCO CELSO LEITE DA SILVA

Origem: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / Sao Francisco do Para

Assunto: Recursos de Julgamento - PEDIDO DE REVISÃO  
FACE ACÓRDÃO Nº 32.902/2018

Exercício: 2014

Relator: Conselheiro Cezar Colares

Advogado/Contador: Sr(a). JOÃO SANTANA LEAL -  
CONTADOR

**46) Processo nº 1.076001.2018.1.0004**

Responsável: Sr(a). Minervina Maria de Barros e Silva

Origem: Prefeitura Municipal / SAO FELIX DO XINGU

Assunto: Recursos de Julgamento - RECURSO ORDINÁRIO  
CONTRA DECISÃO OBJETO DA RESOLUÇÃO Nº  
15.912/2021 (PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2018)

Exercício: 2018

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

**47) Processo nº 1.028002.2020.2.0003**

Responsável: Sr(a). Manoel Teles de Oliveira

Origem: Câmara Municipal / CURRALINHO

Assunto: Recursos de Julgamento - RECURSO ORDINÁRIO  
CONTRA DECISÃO OBJETO DO ACÓRDÃO Nº.  
41.842/2023

Exercício: 2020

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

**48) Processo nº 1.096002.2014.2.0017**

Responsável: Sr(a). José Barreira Borges

Origem: Câmara Municipal / OURILANDIA DO NORTE

Assunto: Recursos de Julgamento - PEDIDO DE REVISÃO  
CONTRA DECISÃO OBJETO DO ACÓRDÃO Nº.  
38.325/2021 (PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2014)

Exercício: 2014

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

Advogado/Contador: Sr(a). ADRIANO BORGES DA COSTA  
NETO (OAB/PA 23.406) E OUTROS

**49) Processo nº 1.013414.2021.2.0006**

Responsável: Sr(a). EUGENIA JANIS CHAGAS TELES-  
SECRETÁRIA

Origem: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / BARCARENA

Assunto: Outros - RELATÓRIO TÉCNICO FINAL DE  
ACOMPANHAMENTO-ELABORAÇÃO, APROVAÇÃO E  
DIVULGAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAUDE 2022-  
2025 DIPLANFCE

Exercício: 2021

Relator: Conselheiro Cezar Colares

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do  
Estado do Pará, em 15/01/2024.

**JORGE ANTONIO CAJANGO PEREIRA**

Secretário Geral

**Protocolo: 45616**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

**CONS. ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES**

**EDITAL Nº 051/2023-SG/TCMPA**

Processo nº 1.067274.2016.2.0001 (067274.2016.2.000)  
(Acórdão nº 42.809, publicado(a) no Diário Oficial  
Eletrônico Nº 1501/TCMPA, em 20/06/2023)

De Notificação da senhora Gilcileia Leal de Leal,

O Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas dos  
Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), cumprindo o  
disposto no art. 415, IV, do RITCM/PA, notifica, através  
do presente Edital, que será publicado 3 (três) vezes e  
no período de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico,  
à senhora Gilcileia Leal de Leal responsável pelo Recurso  
Ordinário contra o Acórdão nº 42.809 da Secretaria  
Municipal de Educação de Santa Cruz do Arari, no  
exercício financeiro de 2016, a respeito das decisões e  
prazo contidos no Ato supracitado, transitado em  
julgado na data de 20/07/2023 imputa o dever de:

Recolher, conforme o art. 714 do RITCM/PA, ao Fundo de  
Reaparelhamento (FUMREAP) do TCM-PA, no prazo de 30  
(trinta) dias, o valor correspondente a 1.201 (Mil  
Duzentos e Um) UPF-PA (Unidade de Padrão Fiscal do  
Estado do Pará), através de boleto bancário a ser obtido  
na Sala de Municípios deste Tribunal de Contas ou por  
solicitação via o e-mail [multas@tcm.pa.gov.br](mailto:multas@tcm.pa.gov.br), devendo  
provar, conforme o art. 711, I, o seu pagamento junto ao  
TCM-PA.

Informar o seu endereço completo atualizado com CEP e  
número de CPF.

Outrossim, o não cumprimento das sanções impostas, no  
prazo regimental, acarretará o encaminhamento dos



autos para a cobrança judicial, com eventuais acréscimos pecuniários de custas e outros.

Belém, 14 de dezembro de 2023

**ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES**

Conselheiro/Presidente/TCMPA

**EDITAL Nº 052/2023-SG/TCMPA**

Processo nº 1.046220.2015.2.000

(Acórdão nº 42.872, publicado(a) no Diário Oficial Eletrônico Nº 1506/TCMPA, em 27/06/2023)

**De Notificação da senhora Gilcelia Maria Cunha Melo, O Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), cumprindo o disposto no art. 415, IV, do RITCM/PA, notifica, através do presente Edital, que será publicado 3 (três) vezes e no período de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico, à senhora Gilcelia Maria Cunha Melo responsável pelo Recurso Ordinário contra o Acórdão nº 38.107 do Fundo Municipal de Assistência Social de Mocajuba, no exercício financeiro de 2015, a respeito das decisões e prazo contidos no Ato supracitado, transitado em julgado na data de 09/09/2022 imputa o dever de:**

Recolher, conforme o art. 714 do RITCM/PA, ao Fundo de Reaparelhamento (FUMREAP) do TCM-PA, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor correspondente a 2.500 (Dois Mil e Quinhentos) UPF-PA (Unidade de Padrão Fiscal do Estado do Pará), através de boleto bancário a ser obtido na Sala de Municípios deste Tribunal de Contas ou por solicitação via o e-mail [multas@tcm.pa.gov.br](mailto:multas@tcm.pa.gov.br), devendo provar, conforme o art. 711, I, o seu pagamento junto ao TCM-PA.

Informar o seu endereço completo atualizado com CEP e número de CPF.

Outrossim, o não cumprimento das sanções impostas, no prazo regimental, acarretará o encaminhamento dos autos para a cobrança judicial, com eventuais acréscimos pecuniários de custas e outros.

Belém, 14 de dezembro de 2023

**ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES**

Conselheiro/Presidente/TCMPA

**EDITAL Nº 053/2023-SG/TCMPA**

Processo nº 201704116-00 (24152013-00)

(Acórdão nº 40.906 publicado(a) no Diário Oficial Eletrônico Nº 1309/TCMPA, em 19/08/2022)

**De Notificação da senhora Maria de Nazaré Pereira Barros,**

**O Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), cumprindo o**

**disposto no art. 415, IV, do RITCM/PA, notifica, através do presente Edital, que será publicado 3 (três) vezes e no período de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico, à senhora Maria de Nazaré Pereira Barros responsável pelo Recurso Ordinário contra o Acórdão nº 29.706 da FUNDEB de Acará, no exercício financeiro de 2013, a respeito das decisões e prazo contidos no Ato supracitado, transitado em julgado na data de 19/09/2022 imputa o dever de:**

Recolher, conforme o art. 714 do RITCM/PA, ao Fundo de Reaparelhamento (FUMREAP) do TCM-PA, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor correspondente a R\$ 48.027,46 (Quarenta e Oito Mil, Vinte e Sete Reais e Quarenta e Seis Centavos), através de boleto bancário a ser obtido na Sala de Municípios deste Tribunal de Contas ou por solicitação via o e-mail [multas@tcm.pa.gov.br](mailto:multas@tcm.pa.gov.br), devendo provar, conforme o art. 711, I, o seu pagamento junto ao TCM-PA.

Informar o seu endereço completo atualizado com CEP e número de CPF.

Outrossim, o não cumprimento das sanções impostas, no prazo regimental, acarretará o encaminhamento dos autos para a cobrança judicial, com eventuais acréscimos pecuniários de custas e outros.

Belém, 14 de dezembro de 2023

**ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES**

Conselheiro/Presidente/TCMPA

**EDITAL Nº 065/2023-SG/TCMPA**

Processo nº 201708286-00 (134142011-00)

(Acórdão nº 38.885, publicado(a) no Diário Oficial Eletrônico Nº 1284/TCMPA, em 11/07/2022)

**De Notificação do senhor Carlos Alberto Pinto da Silva, O Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), cumprindo o disposto no art. 415, IV, do RITCM/PA, notifica, através do presente Edital, que será publicado 3 (três) vezes e no período de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico, ao senhor Carlos Alberto Pinto da Silva responsável pelo Recurso Ordinário contra o Acórdão nº 30.503 do Fundo Municipal de Saúde de Barcarena, no exercício financeiro de 2011, a respeito das decisões e prazo contidos no Ato supracitado, transitado em julgado na data de 10/08/2022 imputa o dever de:**

Recolher, conforme o art. 714 do RITCM/PA, ao Fundo de Reaparelhamento (FUMREAP) do TCM-PA, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor correspondente a 4.500 (Quatro Mil e Quinhentos) UPF-PA (Unidade de Padrão Fiscal do







Estado do Pará), através de boleto bancário a ser obtido na Sala de Municípios deste Tribunal de Contas ou por solicitação via o e-mail [multas@tcm.pa.gov.br](mailto:multas@tcm.pa.gov.br), devendo provar, conforme o art. 711, I, o seu pagamento junto ao TCM-PA.

Informar o seu endereço completo atualizado com CEP e número de CPF.

Outrossim, o não cumprimento das sanções impostas, no prazo regimental, acarretará o encaminhamento dos autos para a cobrança judicial, com eventuais acréscimos pecuniários de custas e outros.

Belém, 14 de dezembro de 2023

**ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES**

Conselheiro/Presidente/TCMPA

#### **EDITAL Nº 066/2023-SG/TCMPA**

Processo nº 201608069-00 (201505057-00)

**(Acórdão nº 39.675, publicado(a) no Diário Oficial Eletrônico Nº 1262/TCMPA, em 06/06/2022)**

**De Notificação do senhor Alessandro da Silva Amaro, O Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), cumprindo o disposto no art. 415, IV, do RITCM/PA, notifica, através do presente Edital, que será publicado 3 (três) vezes e no período de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico, ao senhor Alessandro da Silva Amaro responsável pelo Recurso Ordinário contra o Acórdão nº 28.916 da Câmara Municipal de Irituia, no exercício financeiro de 2011, a respeito das decisões e prazo contidos no Ato supracitado, transitado em julgado na data de 06/07/2022 imputa o dever de:**

Recolher, conforme o art. 714 do RITCM/PA, ao Fundo de Reaparelhamento (FUMREAP) do TCM-PA, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor correspondente a R\$ 111.300,00 (Cento e Onze Mil e Trezentos reais), através de boleto bancário a ser obtido na Sala de Municípios deste Tribunal de Contas ou por solicitação via o e-mail [multas@tcm.pa.gov.br](mailto:multas@tcm.pa.gov.br), devendo provar, conforme o art. 711, I, o seu pagamento junto ao TCM-PA.

Informar o seu endereço completo atualizado com CEP e número de CPF.

Outrossim, o não cumprimento das sanções impostas, no prazo regimental, acarretará o encaminhamento dos autos para a cobrança judicial, com eventuais acréscimos pecuniários de custas e outros.

Belém, 14 de dezembro de 2023

**ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES**

Conselheiro/Presidente/TCMPA

#### **EDITAL Nº 068/2023-SG/TCMPA**

Processo nº 202000383-00 (119001.2015.2.000)

**(Acórdão nº 40.335, publicado(a) no Diário Oficial Eletrônico Nº 1301/TCM-PA, em 08/08/2022)**

**De Notificação da senhora Valmira Alves da Silva, O Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), cumprindo o disposto no art. 415, IV, do RITCM/PA, notifica, através do presente Edital, que será publicado 3 (três) vezes e no período de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico, à senhora Valmira Alves da Silva responsável pelo Recurso Ordinário contra o Acórdão nº 40.335 da Prefeitura Municipal de Saúde de Novo Repartimento, no exercício financeiro de 2015, a respeito das decisões e prazo contidos no Ato supracitado, transitado em julgado na data de 07/09/2022 imputa o dever de:**

Recolher, conforme o art. 714 do RITCM/PA, ao Fundo de Reaparelhamento (FUMREAP) do TCM-PA, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor correspondente a 1.000 (Mil) UPF-PA (Unidade de Padrão Fiscal do Estado do Pará), através de boleto bancário a ser obtido na Sala de Municípios deste Tribunal de Contas ou por solicitação via o e-mail [multas@tcm.pa.gov.br](mailto:multas@tcm.pa.gov.br), devendo provar, conforme o art. 711, I, o seu pagamento junto ao TCM-PA.

Informar o seu endereço completo atualizado com CEP e número de CPF.

Outrossim, o não cumprimento das sanções impostas, no prazo regimental, acarretará o encaminhamento dos autos para a cobrança judicial, com eventuais acréscimos pecuniários de custas e outros.

Belém, 14 de dezembro de 2023

**ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES**

Conselheiro/Presidente/TCMPA

#### **EDITAL Nº 069/2023-SG/TCMPA**

Processo nº 202103883-00 (040004.2016.2.000-00)

**(Acórdão nº 40.644, publicado(a) no Diário Oficial Eletrônico Nº 1301/TCMPA, em 08/08/2022)**

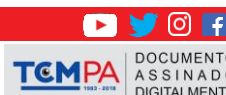
**De Notificação do senhor Amarildo Gonçalves Pinheiro, O Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), cumprindo o disposto no art. 415, IV, do RITCM/PA, notifica, através do presente Edital, que será publicado 3 (três) vezes e no período de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico, ao senhor Amarildo Gonçalves Pinheiro responsável pelo Recurso Ordinário contra o Acórdão nº 32.320 do Fundo Municipal de Assistência Social de Limoeiro do Ajuru, no exercício financeiro de 2016, a respeito das**



[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)



↳ Consulta via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.



DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE

**decisões e prazo contidos no Ato supracitado, transitado em julgado na data de 07/09/2022 imputa o dever de:**

Recolher, conforme o art. 714 do RITCM/PA, ao Fundo de Reaparelhamento (FUMREAP) do TCM-PA, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor correspondente a 2.301 (Dois Mil e Trezentos e Um) UPF-PA (Unidade de Padrão Fiscal do Estado do Pará), através de boleto bancário a ser obtido na Sala de Municípios deste Tribunal de Contas ou por solicitação via o e-mail [multas@tcm.pa.gov.br](mailto:multas@tcm.pa.gov.br), devendo provar, conforme o art. 711, I, o seu pagamento junto ao TCM-PA.

Informar o seu endereço completo atualizado com CEP e número de CPF.

Outrossim, o não cumprimento das sanções impostas, no prazo regimental, acarretará o encaminhamento dos autos para a cobrança judicial, com eventuais acréscimos pecuniários de custas e outros.

Belém, 14 de dezembro de 2023

**ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES**

Conselheiro/Presidente/TCMPA

**EDITAL Nº 070/2023-SG/TCMPA**

Processo nº 201602391-00 (294002008-00)

**(Acórdão nº 40.377, publicado(a) no Diário Oficial Eletrônico Nº 1318/TCMPA, em 01/09/2022)**

**De Notificação da senhora Nadege do Rosário Passinho Ferreira,**

**O Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), cumprindo o disposto no art. 415, IV, do RITCM/PA, notifica, através do presente Edital, que será publicado 3 (três) vezes e no período de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico, à senhora Nadege do Rosário Passinho Ferreira responsável pelo Recurso Ordinário contra o Acórdão nº 27.852 do Fundo Municipal de Assistência Social de Curuçá, no exercício financeiro de 2008, a respeito das decisões e prazo contidos no Ato supracitado, transitado em julgado na data de 03/10/2022 imputa o dever de:**

Recolher, conforme o art. 714 do RITCM/PA, ao Fundo de Reaparelhamento (FUMREAP) do TCM-PA, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor correspondente a R\$ 1.000 (Mil reais), através de boleto bancário a ser obtido na Sala de Municípios deste Tribunal de Contas ou por solicitação via o e-mail [multas@tcm.pa.gov.br](mailto:multas@tcm.pa.gov.br), devendo provar, conforme o art. 711, I, o seu pagamento junto ao TCM-PA.

Informar o seu endereço completo atualizado com CEP e número de CPF.

Outrossim, o não cumprimento das sanções impostas, no prazo regimental, acarretará o encaminhamento dos autos para a cobrança judicial, com eventuais acréscimos pecuniários de custas e outros.

Belém, 14 de dezembro de 2023

**ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES**

Conselheiro/Presidente/TCMPA

**EDITAL Nº 071/2023-SG/TCMPA**

Processo nº 201903753-00 (450012014-00)

**(Acórdão nº 39.786, publicado(a) no Diário Oficial Eletrônico Nº 1243/TCMPA, em 16/05/2022)**

**De Notificação do senhor Adiel Moura de Souza,**

**O Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), cumprindo o disposto no art. 415, IV, do RITCM/PA, notifica, através do presente Edital, que será publicado 3 (três) vezes e no período de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico, ao senhor Adiel Moura de Souza responsável pelo Recurso Ordinário contra o Acórdão nº 34.103 da Prefeitura Municipal de Melgaço, no exercício financeiro de 2014, a respeito das decisões e prazo contidos no Ato supracitado, transitado em julgado na data de 15/06/2022 imputa o dever de:**

Recolher, conforme o art. 714 do RITCM/PA, ao Fundo de Reaparelhamento (FUMREAP) do TCM-PA, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor correspondente a 2.077,02 (Dois Mil e Setenta e sete e Dois) UPF-PA (Unidade de Padrão Fiscal do Estado do Pará), através de boleto bancário a ser obtido na Sala de Municípios deste Tribunal de Contas ou por solicitação via o e-mail [multas@tcm.pa.gov.br](mailto:multas@tcm.pa.gov.br), devendo provar, conforme o art. 711, I, o seu pagamento junto ao TCM-PA.

Informar o seu endereço completo atualizado com CEP e número de CPF.

Outrossim, o não cumprimento das sanções impostas, no prazo regimental, acarretará o encaminhamento dos autos para a cobrança judicial, com eventuais acréscimos pecuniários de custas e outros.

Belém, 14 de dezembro de 2023

**ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES**

Conselheiro/Presidente/TCMPA

**EDITAL Nº 072/2023-SG/TCMPA**

Processo nº 202103176-00

**(Acórdão nº 42.269, publicado(a) no Diário Oficial Eletrônico Nº 1498/TCMPA, em 15/06/2023)**

**De Notificação do senhor Michel Assad,**



[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)



↳ Consulta via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.



DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE

O Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), cumprindo o disposto no art. 415, IV, do RITCM/PA, notifica, através do presente Edital, que será publicado 3 (três) vezes e no período de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico, ao senhor Michel Assad, responsável pela Denúncia sobre a Prefeitura Municipal de Bonito, no exercício financeiro de 2021, a respeito das decisões e prazo contidos no Ato supracitado, transitado em julgado na data de 17/07/2023 imputa o dever de:

Recolher, conforme o art. 714 do RITCM/PA, ao Fundo de Reaparelhamento (FUMREAP) do TCM-PA, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor correspondente a 2.000 (Dois Mil) UPF-PA (Unidade de Padrão Fiscal do Estado do Pará), através de boleto bancário a ser obtido na Sala de Municípios deste Tribunal de Contas ou por solicitação via o e-mail [multas@tcm.pa.gov.br](mailto:multas@tcm.pa.gov.br), devendo provar, conforme o art. 711, I, o seu pagamento junto ao TCM-PA.

Informar o seu endereço completo atualizado com CEP e número de CPF.

Outrossim, o não cumprimento das sanções impostas, no prazo regimental, acarretará o encaminhamento dos autos para a cobrança judicial, com eventuais acréscimos pecuniários de custas e outros.

Belém, 14 de dezembro de 2023

**ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES**  
Conselheiro/Presidente/TCMPA

**EDITAL Nº 073/2023-SG/TCMPA**

Processo nº 202104057

(Acórdão nº 41.651, publicado(a) no Diário Oficial Eletrônico Nº 1413/TCMPA, em 06/02/2023)

De Notificação do senhor Carlos Alberto de Sena Filho, O Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), cumprindo o disposto no art. 415, IV, do RITCM/PA, notifica, através do presente Edital, que será publicado 3 (três) vezes e no período de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico, ao senhor Carlos Alberto de Sena Filho responsável pela Representação de Análise de Mérito da Prefeitura Municipal de Salinópolis, no exercício financeiro de 2021, a respeito das decisões e prazo contidos no Ato supracitado, transitado em julgado na data de 08/03/2023 imputa o dever de:

Recolher, conforme o art. 714 do RITCM/PA, ao Fundo de Reaparelhamento (FUMREAP) do TCM-PA, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor correspondente a 3.000 (Três Mil

reais) UPF-PA (Unidade de Padrão Fiscal do Estado do Pará), através de boleto bancário a ser obtido na Sala de Municípios deste Tribunal de Contas ou por solicitação via o e-mail [multas@tcm.pa.gov.br](mailto:multas@tcm.pa.gov.br), devendo provar, conforme o art. 711, I, o seu pagamento junto ao TCM-PA.

Informar o seu endereço completo atualizado com CEP e número de CPF.

Outrossim, o não cumprimento das sanções impostas, no prazo regimental, acarretará o encaminhamento dos autos para a cobrança judicial, com eventuais acréscimos pecuniários de custas e outros.

Belém, 14 de dezembro de 2023

**ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES**  
Conselheiro/Presidente/TCMPA

**EDITAL Nº 074/2023-SG/TCMPA**

Processo nº 1040012010-00

(Acórdão nº 38.223, publicado(a) no Diário Oficial Eletrônico Nº 1002/TCMPA, em 19/04/2021)

De Notificação do senhor Gilberto Miguel Sufredini, O Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), cumprindo o disposto no art. 415, IV, do RITCM/PA, notifica, através do presente Edital, que será publicado 3 (três) vezes e no período de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico, ao senhor Gilberto Miguel Sufredini, responsável pela Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Tailândia, no exercício financeiro de 2010, a respeito das decisões e prazo contidos no Ato supracitado, transitado em julgado na data de 19/05/2021 imputa o dever de:

Recolher, conforme o art. 714 do RITCM/PA, ao Fundo de Reaparelhamento (FUMREAP) do TCM-PA, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor correspondente a 2.000 (Dois Mil) UPF-PA (Unidade de Padrão Fiscal do Estado do Pará), através de boleto bancário a ser obtido na Sala de Municípios deste Tribunal de Contas ou por solicitação via o e-mail [multas@tcm.pa.gov.br](mailto:multas@tcm.pa.gov.br), devendo provar, conforme o art. 711, I, o seu pagamento junto ao TCM-PA.

Informar o seu endereço completo atualizado com CEP e número de CPF.

Outrossim, o não cumprimento das sanções impostas, no prazo regimental, acarretará o encaminhamento dos autos para a cobrança judicial, com eventuais acréscimos pecuniários de custas e outros.

Belém, 14 de dezembro de 2023

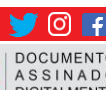
**ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES**  
Conselheiro/Presidente/TCMPA



[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)



↳ Consulta via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.



DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE

**EDITAL Nº 078/2023-SG/TCMPA**

Processo nº 600012012-00

(Resolução nº 15.101, publicado(a) no Diário Oficial Eletrônico Nº 710/TCMPA, em 03/02/2020)

De Notificação ao Espólio do senhor Sérgio da Graça Amaral Pingarilho,

O Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), cumprindo o disposto no art. 415, IV, do RITCM/PA, notifica, através do presente Edital, que será publicado 3 (três) vezes e no período de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico, ao Espólio do senhor Sérgio da Graça Amaral Pingarilho, responsável pela Prestação de Contas de Governo, a Resolução nº 15.101 e Acórdão nº 35.587/ Contas de Gestão, da Prefeitura Municipal de Prainha, no exercício financeiro de 2012, a respeito das decisões e prazo contidos no Ato supracitado, transitado em julgado na data de 04/03/2020 imputa o dever de:

Recolher aos Cofres Municipais, o valor de R\$27.225.963,97 (vinte e sete milhões, duzentos e vinte e cinco mil, novecentos e sessenta e três reais e setenta centavos), corrigido monetariamente, até data do pagamento, conforme às normas e índices de correções monetárias do município, no período da obrigação, após o que, conforme o art. 287, § 5, deve comprovar, junto a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de publicação da decisão, o respectivo recolhimento.

Outrossim, o não cumprimento das sanções impostas, no prazo regimental, acarretará o encaminhamento dos autos para a cobrança judicial, com eventuais acréscimos pecuniários de custas e outros.

Belém, 14 de dezembro de 2023

**ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES**

Conselheiro/Presidente/TCMPA

**EDITAL Nº 079/2023-SG/TCMPA**

Processo nº 1.005001.2009.2.0009

(Acórdão nº 41.595, publicado(a) no Diário Oficial Eletrônico Nº 1372/TCMPA, em 25/11/2022)

De Notificação ao senhor José Botelho dos Santos,

O Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), cumprindo o disposto no art. 415, IV, do RITCM/PA, notifica, através do presente Edital, que será publicado 3 (três) vezes e no período de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico, ao senhor José Botelho dos Santos, responsável pelo Recurso de Embargo de Declaração contra o Acórdão nº

39.013/2021 da Prefeitura Municipal de Almeirim, no exercício financeiro de 2009, a respeito das decisões e prazo contidos no Ato supracitado, transitado em julgado na data de 26/12/2022 imputa o dever de:

Recolher, conforme o art. 714 do RITCM/PA, ao Fundo de Reaparelhamento (FUMREAP) do TCM-PA, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor correspondente a 500 (Quinhentos) UPF-PA (Unidade de Padrão Fiscal do Estado do Pará), através de boleto bancário a ser obtido na Sala de Municípios deste Tribunal de Contas ou por solicitação via o e-mail [multas@tcm.pa.gov.br](mailto:multas@tcm.pa.gov.br), devendo provar, conforme o art. 711, I, o seu pagamento junto ao TCM-PA.

Informar o seu endereço completo atualizado com CEP e número de CPF.

Outrossim, o não cumprimento das sanções impostas, no prazo regimental, acarretará o encaminhamento dos autos para a cobrança judicial, com eventuais acréscimos pecuniários de custas e outros.

Belém, 14 de dezembro de 2023

**ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES**

Conselheiro/Presidente/TCMPA

**Protocolo: 44598**

**DO GABINETE DA CORREGEDORIA****SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO****CONS. JOSÉ CARLOS ARAÚJO**

**DESPACHO DE SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO Nº 006/2024**

**PROCESSO Nº:** 1.113002.2007.2.0015

**PROCEDÊNCIA:** CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DOS CARAJÁS/PA.

**INTERESSADO:** JENEAN DOS REIS ARAUJO

**EXERCÍCIO:** 2007

**ASSUNTO:** SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO DE MULTA AO FUMREAP, REFERENTE A PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSTANTE NO **PROCESSO Nº 21500312-00 (1130022007-00)**, ACÓRDÃO Nº 31.105, DE 26/09/2017 (REFORMA DECISÃO DO ACÓRDÃO Nº 25.635, DE 25/09/2014)

**Considerando** o relatado na Informação Nº 006/2024 – GAB/CORREGEDORIA/TCM, tratando-se de pedido de parcelamento do débito em favor do FUMREAP, autorizo,



[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)



← Consulta via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.



DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE



em 15 (quinze) parcelas o pagamento referente a multa do ACÓRDÃO Nº 31.105, DE 26/09/2017 (REFORMA DECISÃO DO ACÓRDÃO Nº 25.635, DE 25/09/2014).

Cientifique-se o requerente, para assinar o TERMO DE PARCELAMENTO.

Belém, 12 de janeiro de 2024.

**JOSÉ CARLOS ARAÚJO**  
Conselheiro Corregedor

**DESPACHO DE SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO**  
**Nº 007/2024**

**PROCESSO Nº:** 1.132010.2021.2.0005

**PROCEDÊNCIA:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELTERRA/PA.

**INTERESSADO:** ARINEIDE DO SOCORRO CASTRO MACEDO.

**EXERCÍCIO:** 2021

**ASSUNTO:** SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO DE MULTA AO FUMREAP, REFERENTE A PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSTANTE NO PROCESSO Nº 132010.2021.2.000, ACÓRDÃO Nº 42.829, DE 26/05/2023.

**Considerando** o relatado na Informação Nº 007/2024 – GAB/CORREGEDORIA/TCM, tratando-se de pedido de parcelamento do débito em favor do FUMREAP, autorizo, em 3 (três) parcelas o pagamento referente a multa do ACÓRDÃO Nº 42.829, DE 26/05/2023.

Cientifique-se o requerente, para assinar o TERMO DE PARCELAMENTO.

Belém, 15 de janeiro de 2024.

**JOSÉ CARLOS ARAÚJO**  
Conselheiro Corregedor

**Protocolo: 45609**

**DO GABINETE DE CONSELHEIRO**

**ADMISSIBILIDADE**

**CONS. ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES**

**DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE**  
**DE PEDIDO DE REVISÃO**  
(ART. 492, IV, RITCM/PA)

**PROCESSO Nº:** 1.084005.2017.2.0002

**MUNICÍPIO:** Tucuruí

**ÓRGÃO:** Fundo Municipal de Assistência Social

**NATUREZA:** Pedido de Revisão

**EXERCÍCIO:** 2017

**RESPONSÁVEL:** Alessandra Frances Cavalcante

**RELATOR:** Conselheiro Antonio José Guimarães

Tratam os autos de Pedido de Revisão c/c concessão de efeito suspensivo, formulado pela ordenadora do Fundo Municipal de Assistência Social de Tucuruí, no exercício de 2017, Alessandra Frances Cavalcante, responsável pelo período de 17.11 a 31.12.2017, fundado no inciso III e V, do art. 84, da Lei Complementar 109/2016, diante da superveniência de documentos novos e da divergência jurisprudencial na interpretação ou aplicação da Constituição Federal ou Lei, pelo próprio TCM-PA, e pugna pela reforma da decisão objeto do Acórdão nº 39.981/22/TCM-Pa, de 09.02.2022, que não aprovou suas contas, em face de irregularidades, sobre as quais foram aplicadas multas.

A rescindente apresenta argumentos e documentos que entende suficientes para rescindir a decisão combatida. Pleiteia, assim, concessão de efeito suspensivo, por entender estar configurada a existência de prova inequívoca e verossimilhança do alegado, bem como no receio de dano de difícil reparação, diante de sua condição de inelegibilidade.

O prazo para recebimento de Pedido de Revisão, na forma do caput, do art. 629, do Regimento Interno, é de 02 (dois) anos contados a partir da publicação da decisão no Diário Oficial do TCM-PA, que ocorreu em 17.05.2022, portanto, é tempestiva sua interposição em 21.11.2023. Verificada, desta forma, a legitimidade da ordenadora e a tempestividade do pedido rescisório, constata-se seu enquadramento nos incisos III e V, do art. 84, da LOM/TCM-PA, ou seja, na superveniência de documentos novos e na divergência jurisprudencial na interpretação ou aplicação da Constituição Federal ou Lei, pelo próprio TCM-PA, considerando a apresentação de argumentos e documentos que entende serem suficientes para alterar a decisão recorrida.

Reservo-me para manifestar sobre o pedido de efeito suspensivo após regular instrução e processamento pela 4ª Controladoria, na forma Regimental.

Do exposto, nos termos do previsto no Art. 492, IV, do RITCM-PA, tomando por base os documentos apresentados, CONHEÇO o presente Pedido de Revisão.

Belém-PA, 15 de janeiro de 2024.

**ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES**  
Conselheiro/Relator

**Protocolo: 45613**





**DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE  
DE PEDIDO DE REVISÃO**

(ART. 492, IV, RITCM-PA)

**PROCESSO Nº:** 1.051002.2017.2.0006**MUNICÍPIO:** Óbidos**ÓRGÃO:** Câmara Municipal**NATUREZA:** Pedido de Revisão**EXERCÍCIO:** 2017**RESPONSÁVEL:** José Carlos Silva de Souza**ADVOGADO:** André Ramy Pereira Bassalo - OAB/PA nº 7930

Tratam os autos de Pedido de Revisão c/c concessão de efeito suspensivo, formulado pelo Sr. José Carlos Silva de Souza, ordenador Câmara Municipal de Óbidos, no exercício de 2017, fundado no art. 84, III, da LOTCM/PA, onde pugna pela reforma da decisão objeto do Acórdão nº 40.310/2023, de 13.03.23, que considerou irregulares suas contas, devido a verificação de falhas de natureza grave, bem como aplicou multas.

O rescindente apresenta documentos e esclarecimentos que considera suficientes para debelar a irregularidade apontada nas suas contas, na forma do art. 84, III, da LOTCM/PA, na superveniência de documentos novos com eficácia sobre a decisão adotada.

Pleiteia, ainda, concessão de efeito suspensivo, diante da apresentação de esclarecimentos e dos documentos juntados ao Pedido, que supõe ser prova inequívoca de verossimilhança do alegado, bem como fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, em suas garantias fundamentais com a execução do aresto ou simplesmente com a manutenção de sua eficácia no curso do presente processo.

O prazo para recebimento de Pedido de Revisão, na forma do caput, do art. 269, do Regimento Interno, é de 02 (dois) anos contados a partir da publicação da decisão no Diário Oficial do Estado, que ocorreu em 13.03.23, portanto, é tempestiva sua interposição em 14.09.23.

Verificada, desta forma, a legitimidade do ordenador e a tempestividade do pedido rescisório, constata-se seu enquadramento no art. 84, III, da LOTCM/PA, ou seja, na superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida ou a decisão adotada, considerando a apresentação de esclarecimentos e documentos.

Reservo-me para manifestar sobre o pedido de efeito suspensivo após regular instrução e processamento pela 4ª Controladoria, na forma Regimental.

Do exposto, CONHEÇO o presente Pedido de Revisão e determino o seu envio para análise de mérito da 4ª Controladoria.

Belém-PA, 15 de janeiro de 2024.

**ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES**

Conselheiro/Relator

**Protocolo: 45614****DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE  
DE PEDIDO DE REVISÃO**

(ART. 492, IV, RITCM/PA)

**PROCESSO Nº:** 1.007004.2021.2.0003  
(1.007004.2021.2.000)**MUNICÍPIO:** Anajás**ÓRGÃO:** Fundo Municipal de Assistência Social**NATUREZA:** Pedido de Revisão**EXERCÍCIO:** 2021**RESPONSÁVEL:** Abenonias de Souza Moraes**RELATOR:** Antonio José Guimarães

Tratam os autos de Pedido de Revisão, formulado por Abenonias de Souza Moraes, Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social de Anajás, exercício de 2021, fundado nos incisos II e III, do art. 84, da Lei Complementar 109/2016, diante da insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado as decisões recorridas e da superveniência de documentos novos, e pugna pela reforma das decisões objeto do Acórdão nº 42.030/23, TCM-Pa, de 20.03.23, que julgou irregulares suas contas, em face do não repasse ao INSS das contribuições retidas dos contribuintes, determinando, ainda a aplicação de multas.

O rescindente é parte legítima e apresenta argumentos e documentos que entende suficientes para rescindir a decisão combatida.

O prazo para recebimento de Pedido de Revisão, na forma do caput, do art. 629, do Regimento Interno, é de 02 (dois) anos contados a partir da publicação da decisão no Diário Oficial do TCM-Pa, que ocorreu em 20.03.23, portanto, é tempestiva sua interposição em 04.09.23.

Verificada, desta forma, a legitimidade do ordenador e a tempestividade do pedido rescisório, constata-se seu enquadramento no inciso II e III, do art. 629, do RITCM-PA, ou seja, na insuficiência de documentos em que se tenha fundado a decisão recorrida e na superveniência de documentos novos, considerando a apresentação de argumentos e documentos que entende serem suficientes para alterar as decisões recorridas.



Do exposto, nos termos do previsto no Art. 492, IV, do RITCM-PA, tomando por base os documentos apresentados, CONHEÇO o presente Pedido de Revisão. Belém-PA, 15 de janeiro de 2023.

**ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES**

Conselheiro/Relator

Protocolo: 45615

## DOS SERVIÇOS AUXILIARES - SA

### TERMO ADITIVO A CONTRATO

#### DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO – DAD

**TERMO ADITIVO:** Quarto

**CONTRATO Nº:** 01/2021-TCM/PA.

**PARTE:** TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ – TCM e a empresa BRAZ & BRAZ LTDA.

**OBJETO:** prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses.

**VIGÊNCIA DO ADITIVO:** 15.01.2024 a 14.01.2025.

**DATA DA ASSINATURA:** 12 de janeiro de 2024.

**VALOR GLOBAL:** R\$ 346.320,96 (trezentos e quarenta e seis mil, trezentos e vinte reais e noventa e seis centavos).

**FUNDAMENTAÇÃO:** Inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, processada sob o nº PA202315006.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 03101.01.122.1454-8559 - Operacionalização da Gestão Administrativa; Fonte: 01500000001, Elemento de Despesa: 339033.03.

**ORDENADOR RESPONSÁVEL:** ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES.

**FORO:** Da Cidade de Belém, Estado do Pará.

**CNPJ DA CONTRATADA:** nº 10.251.429/0001-05.

**ENDEREÇO DA CONTRATADA:** Estrada do Tapanã, nº 08, sala 05, Bairro do Tapanã, Distrito de Icoaraci, nesta cidade de Belém, PA.

Protocolo: 45610

**TERMO ADITIVO:** Sexto

**CONTRATO Nº:** 002/2022-TCM/PA.

**PARTE:** TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ – TCM e a empresa LIMPAP LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.

**OBJETO:** prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses.

**VIGÊNCIA DO ADITIVO:** 07 de janeiro de 2024 à 06 de janeiro de 2025.

**DATA DA ASSINATURA:** 05 de janeiro de 2024.

**VALOR GLOBAL:** R\$ 7.401.410,52 (Sete milhões quatrocentos e um mil, quatrocentos e dez reais e cinquenta e dois centavos).

**FUNDAMENTAÇÃO:** Artigo 57, inciso II da Lei Federal Nº 8.666/93, processada sob o nº PA202315005.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 03101.01.122.1454-8559 - Operacionalização da Gestão Administrativa, Fonte: 01500000001 e Elemento de Despesa: 339037.

**ORDENADOR RESPONSÁVEL:** ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES.

**FORO:** Da Cidade de Belém, Estado do Pará.

**CNPJ DA CONTRATADA:** nº 08.775.721/0001-85.

**ENDEREÇO DA CONTRATADA:** Av José Marcelino de Oliveira, nº 02, alameda Bom Jardim, Bairro Centro, Ananindeua/PA, CEP 67.030-015.

Protocolo: 45611

### PORTARIA

#### Diretoria de Orçamento e Finanças – DIORF

**PORTARIA Nº 0018/2024-GP/TCMPA**

O Conselheiro **ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES**, Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pelo art. 15, inciso V da Lei Complementar nº 109/2016 c/c art. 82, inciso XXXV do Regimento Interno desta Corte de Contas e,

**CONSIDERANDO** o parágrafo 2º do artigo 54 da Lei nº 9.977, de 06/07/2023 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício financeiro de 2024, que dispõe sobre a Programação Orçamentária e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social definida a cada quadrimestre, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Aprovar a Programação Orçamentária e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso do Orçamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, referente às Unidades Gestoras: 030101-TCM e 030102-FUMREAP/TCM para o 1º Quadrimestre do exercício de 2024, na forma dos incisos a seguir discriminados:

I- A Programação das Quotas Orçamentárias Mensais, identificada por programa, grupo de despesa e fonte de financiamento, definida na forma do Anexo 1 desta Portaria, observado os limites dos saldos orçamentários; e



[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)



Consulte via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCM PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.



DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE

II- O Cronograma de Execução Mensal de Desembolso à conta dos recursos do Tesouro e de outras fontes, por grupo de despesa, definido no Anexo 2 desta Portaria.

Art. 2º. As quotas orçamentárias mensais que trata o Inciso I do artigo anterior serão disponibilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE) pelo próprio Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará;

Art. 3º. No caso dos anexos referidos nos incisos do art. 1º necessitarem de alterações, estas serão aprovadas

mediante Portaria da Presidência deste Tribunal, observando a verificação da disponibilidade financeira e orçamentária;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, em 11 de janeiro de 2024.

**ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES**

Conselheiro/Presidente

**Anexo I - Portaria nº 0018/2024/GP-TCM/PA**

**Programação das Quotas Orçamentárias Mensais - 1º Quadrimestre 2024**

(§ 2º do art. 54 da Lei nº 9.977, de 06/07/2023 – LDO)

UNIDADE		TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ				
PROGRAMA		1454 – CONTROLE EXTERNO MUNICIPAL				
UG/GRUPO DE DESPESA	FONTE	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL
UG: 030101 - TCM	01500000001	24.444.957	23.573.294	25.431.543	24.735.930	98.185.724
- Pessoal e Encargos Sociais (*)	01500000001	13.000.000	13.000.000	13.000.000	15.000.000	54.000.000
- Outras Despesas Correntes	01500000001	10.444.957	9.573.294	11.431.543	8.735.930	40.185.724
- Investimentos	01500000001	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	4.000.000
UG: 030102 - FUMREAP/TCM	01759000075	1.000	1.000	1.000	1.000	4.000
- Outras Despesas Correntes	01759000075	1.000	1.000	1.000	1.000	4.000
<b>TOTAL</b>		<b>24.445.957</b>	<b>23.574.294</b>	<b>25.432.543</b>	<b>24.736.930</b>	<b>98.189.724</b>

(\*) No grupo de pessoal e Encargos Sociais, foram deduzidos R\$ 2.204.000,00, que serão destacados orçamentariamente ao IGEPREV, para complementação da folha de Inativos e Pensionistas, conforme Programação de Quotas Orçamentárias daquele Instituto.

**Anexo II - Portaria nº 0018/2024/GP-TCM/PA**

**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - 1º Quadrimestre 2024**

(§ 2º do art. 54 da Lei nº 9.977, de 06/07/2023 – LDO)

UNIDADE		TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ				
PROGRAMA		1454 – CONTROLE EXTERNO MUNICIPAL				
UG/GRUPO DE DESPESA/FINACIAMENTO	FONTE	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL
UG: 030101 – TCM Recursos do Tesouro	01500000001	25.348.957	23.973.294	25.831.543	25.235.930	100.389.724
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	01500000001	13.904.000	13.400.000	13.400.000	15.500.000	56.204.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	01500000001	10.444.957	9.573.294	11.431.543	8.735.930	40.185.724
INVESTIMENTOS	01500000001	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	4.000.000
UG: 030102 - FUMREAP/TCM	01759000075	1.000	1.000	1.000	1.000	4.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	01759000075	1.000	1.000	1.000	1.000	4.000
- Recursos Próprios	01759000075	1.000	1.000	1.000	1.000	4.000
<b>TOTAL</b>		<b>25.349.957</b>	<b>23.974.294</b>	<b>25.832.543</b>	<b>25.236.930</b>	<b>100.393.724</b>

Protocolo: 45612



[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)



↳ Consulta via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.



DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE